ESPÓLIO PINTO QUARTIM
Nº 733 Doc. 199

A Verdade sobre o Fascismo em Portugal

Publicado no

Jornal Brazileiro

"Correio da Manhã"

em 3 de Agosto de 1946

ESCOLA PINTO GUIMARÃES

A Verdade sobre o Fascismo em Portugal

SHA

Publicado no

Jornal Brasileiro

"Correio da Manhã"

em 3 de Agosto de 1946

I — Supressão das liberdades e garantias individuais:

Há 20 anos que Portugal vive em ditadura instaurada por um golpe militar. Durante todo este tempo só houve eleições simuladas, sem liberdade de apresentação de candidatos, de propaganda, de fiscalização. A «Constituição» de 1933, elaborada sem participação da opinião, foi «votada» sem poder ser criticada, em «plebescito» unico na história, que contou a favor... os abstencionistas. Há 2 décadas Portugal está sujeito a rigorosa censura de tôda a expressão do pensamento; censura prévia á imprensa, livro, rádio, teatro e cinema. Os partidos politicos foram suprimidos; só há partido governamental, «União Nacional», criada por decreto e com dirigentes nomeados pelo govêrno.

Não há liberdade de associação, de reunião. A vida de tôdas as associacões, mesmo recreativas e desportivas, estritamente depende da fiscalização governamental. As de estudantes não têm direito de eleger seus representantes, que são impostos pelo Estado. E em todo o caso, nenhum dirigente pode exercer o cargo sem sanção oficial, recusada aos que não garantem suficiente submissão politica.

Tôdas as manifestações coletivas, não de apoio ao govêrno, e ainda que ordeiras, são violentemente suprimidas.

A greve é considerada crime. Nas greves de Maio de 1944, os operários foram presos em massa, torturados por vezes até á morte. O govêrno mobilizou fábricas, exerceu represálias sôbre industriais e directores técnicos suspeitos de indulgência; proibiu a readmissão de grevistas, assim condenados com suas familias á miséria.

II — Organização corporativa:

Segundo a Constituição, Portugal é Republica Corporativa. Esta organização, em grande parte copiada do fascismo, é arregimentação forçada dos trabalhadores e de tôdas as forças económicas. Sua burocracia entrava tôda a vida económica do pais, provocando vivo descontentamento. De facto, está nas mãos de uma plutocracia que a usa para enriquecer empobrecendo as massas trabalhadoras. São os famosos «grémios», sugando e estiolando tôdas as atividades económicas.

A cada profissão só é permitido um sindicato, oficial. Todos os profissionais têm de pagar para ele, sejam ou não seus membros, e as decisões do sindicato obrigam também os

que dele não fazem parte. Mas os seus sócios não podem agir em defeza de seus interesses; as diretorias sindicais são substituidas por «Comissões Administrativas» nomeadas pelo govêrno, sempre que não são incondicionais no acôrdo com êle. Salazar, em face da crescente oposição receou ter de substituir em massa as novas diretorias de sindicatos e grémios, a eleger este ano; e decretou, temendo sempre as eleições, a prorrogação do mandato dos organismos em exercício.

A «Assembleia Nacional» tem apenas representantes do partido oficial, escolhidos pelo govêrno; para maior segurança quase não tem faculdades legislativas, nem veto sobre as leis do Executivo, que se limita aprovar. Vigora o regime permanente do decretos-leis, independentes da Assembleia. Nenhuma votação desta derruba o govêrno. Os ministros nem são obrigados a ir á Assembleia responder por seus actos. Tal regime é puramente fascista.

Uma centralização absoluta domina a administração publica, a vida politica e económica. Na Metropole o nas Colónias tudo depende do poder central.

III — Seleção fascista do funcionalismo:

A seleção do funcionalismo é estritamente faciosa. Muitos funcionários civis e militares foram afastados, só por terem idéias contrárias ao regime. Entre êles há alguns dos melhores cientistas portugueses, e homens que prestaram á patria relevantes serviços, Vários decretos desde de 1931, autorizaram os ministros a destituir funcionarios que «*mostram espirito de oposição á politica nacional do govêrno*». Todos os responsáveis, em serviços oficiais e empresas privadás, são obrigados a denunciar subalternos suspeitos de «ideias subversivas». Da Policia Politica depende discrecionáriamente a nomeação de todos os funcionários do Estado, Administrações Municipais, Organismos Corporativos, até Empresas privadas. Ninguem pode ser nomeado, promovido ou admitido a concurso sem prévio consentimento dessa policia, e sem assinar juramento de fidelidade ao regime. Assim foram atrofiados ou impedidos de se revelar, muitos valores novos.

IV — Justiça dirigida e injustiça fiscal:

Os atentados á autonomia do poder judicial não são raros. Vai-se ao ponto de anular decisões de tribunais e faze-las depender da homologação governativa. O govêrno, frequentemente as não executa. A impunidade dos agentes ditatoriais tem a «Garantia Administrativa», que preserva as autoridades de

serem demandadas criminalmente sem consentimento do govêrno.

O julgamento dos «crimes politicos» esteve até agora a cargo de um tribunal de excepção, — «Tribunal Militar Especial». Organizava os processos a Policia Politica; o acusado não tinha garantias de defesa. A simples leitura de imprensa clandestina acarretava anos de prisão.

A politica fiscal é nitidamente injusta. Os orçamentos das classes pobres e médias são onerados por impostos incomportáveis, que todos os dias se agravam, mas ficam praticamente imunes as grandes fortunas, dadas as modificações do ditador no imposto progressivo criado pela Republica. No atual regime os impostos aumentaram espantosamente; apesar disso, vários falados «superavits» foram considerados ilusórios, por contarem empréstimos como receitas.

TERROR E PROPAGANDA

I — Policia politica:

Um dos principais apoios do regime é a Policia Politica, P. V. D. E. — um estado dentro do Estado. Seus poderes têm sido discricionários. Durante vinte anos de ditadura, a liberdade, os bens, a vida dos cidadãos têm estado á sua mercê. O terror é seu método predileto. Milhares de pessoas cujo unico crime era uma opinião contrária ao govêrno, sofreram busca domiciliária; prisão sem culpa formada e a qualquer hora do dia ou da noite; incomunicabilidade durante meses e até anos; espancamentos de que resultou directa ou indirectamente a morte; torturas semelhantes as das policias italiana e alemã; deportação para territórios longinquos e insalubres em Timor, Guiné ou Cabo Verde (aqui foi instalado o Campo de Concentração do Tarrafal). Nas prisões está restabelecido o regime celular de isolamento e silêncio, que a Republica tinha abolido por deshumano e contraproducente.

Há anti fascistas, deportados sem julgamento nem processo ha mais de 14 anos. Muitos, cumpridas as penas, continuaram presos por periodos que chegaram a ultrapassar 10 anos. Muitos morreram nas prisões, na deportação, no exilio. No estrangeiro estão ainda banidos, por suas convicções politicas, homens dos mais ilustres de Portugal. Alguns, anistiados, ao regressar á pátria foram presos exilados de novo. Mas o ditador declarava há pouco: — «Não temos deportados politicos nem exilados forçados da Pátria».

II — O Ra-ta-plan da propaganda:

Outro grande esteio do regime, para exagerar qualquer realização, enganar ingenuos, iludir estrangeiros, e apregoar o gênio do ditador, é o dispendioso Secretariado da Propaganda, a que recentemente foi dado nome mais discreto. Esse organismo, dependencia directa do ditador, chega a desmenti-lo. Assim, este declarou aos jornais que Portugal é um país pobre; mas o Secretariado editou um mapa de Portugal com legendas francesas, no qual diz que Portugal é riquissimo.

Tambem para fins de propaganda, as obras publicas tem seguido uma politica de ostentação, buscando sobretudo realizações de fachada e gozo turistico de visitantes estrangeiros, com prejuizo dos trabalhos de interesse social, salvo amostras teatrais de bairros económicos.

III — Legião e Mocidade:

Para secundar a policia, o Estado criou no começo da guerra civil espanhola essa milicia fascista ou da SS. Seus filiados e os da União Nacional são preferidos nos empregos. Em obediência aos figurinos italiano e alemão, criou-se a «Mocidade Portuguesa» para preparação pre-militar e doutrinação deformadora da infancia, abrange obrigatoriamente todos os rapazes e meninas, dos 7 aos 14. A «Legião» e a «Mocidade» mantiveram estreito contacto com as similares italianas, alemãs, espanholas e de Vichy.

ENSINO OFICIAL E PARTICULAR

Está sujeito ás mesmas directrizes anti-democráticas. Em História, Moral e Educação Cívica vigora o «livro unico», veiculo de doutrina governamental. Os livros de História atacam a democracia e o liberalismo; só recentemente começaram expurgá-los de propaganda mais ostensiva a fascismos e seus chefes, mas por todas as formas s-o incutidos na juventude elogios ao ditador nacional. A neuturalidade religiosa do Estado cedeu lugar a um clericalismo que se manifesta em tudo como guia do govêrno.

Comparando as despesas dos ministérios denunciam-se as preocupações dominantes; exercito, polícia, propaganda. As verbas de Educação e Assistência são diminutas; as despesas do Ministério da Educação, antes, eram muito menos que metade das do Ministério da Guerra. A nação não participou no conflito, tem colossal percentagem de analfabetos (60 % segundo a estatisticas mais ótimistas) mas durante a confla-

gração as despesas do Ministério da Guerra eram mais de 6 vezes superiores ás do Ministério da Educação. A policia foi há pouco aumentada com uma divisão.

Várias escolas superiores foram suprimidas, outras fechadas durante anos; os professores não chegam sequer para as escolas primárias existentes, embora poucas. Improvisaram-se «postos de ensino» com regentes sem preparação, que ganham 250 escudos mensais. No ritmo atual do decréscimo de analfabetismo este levaria 70 anos a extinguir. As policias e a Guarda Republica gastam mais dinheiro que as escolas de primeiras letras. Todo o ensino liceal (ginasial), maximamente a cargo do Estado, custa apenas o dobro do que custa a Policia Politica; o Instituto para a Alta Cultura (o mais alto organismo de auxilio á investigação cientifica e desenvolvimento das grandes capacidades) tem metade do que consome, só na verba secreta, a Propaganda politica. O ensino médio e superior são muitos dispendiosos, a seleção se faz praticamente pelo dinheiro. O ditador exprimiu este programa: — «*Ler, escrever e contar, bastam para a maioria dos portugueses*».

NIVEL DE VIDA E SAUDE PUBLICA

I — Nivel de vida:

Era ja muito baixo para o trabalhador e a classe média. Mas desceu muitissimo por falta de reajustamento de salários. O custo de vida, na base oficial dos preços, e dos indices do Banco de Portugal, subiu 210 % de 1939 a Dezembro de 1944; na realidade subiu muito mais, e em 1945 agravou-se tremendamente. O nivel de aumentos aos funcionários não ultrapassa 35 %.

A maior parte da população não ganha para comer o bastante. Para entender a gravidade do quadro basta confrontar estas cifras de consumo médio *por habitante e por ano*, (notando que a Inglaterra tudo importa e sofreu implacavel guerra que a Suiça foi neutra mas envolvida pela guerra, e que Portugal tem condições agricolas incomparavelmente superiores, possuindo o 3.º império do mundo):

Generos	Portugal	Inglaterra	Suiça
Carne.....	9 kgs.	338,0	380,0
Leite.....	11 ls.	67,7	47,3
Queijo.....	0,186 kgs.	4,0	8,7
Manteiga.....	0,485 kgs.	10,0	17,0
Ovos.....	40	186	171

No Porto, segunda cidade do país, um terço da população ocupa habitações reconhecidamente impróprias para habitação humada.

II — Estado Sanitário:

Em Portugal, que tem quase 8 milhões de habitantes, morre um tuberculoso em cada quarto de hora. De 5.800 alienados mentais, no norte do país, só é possivel hospitalizar 1.120. São avaliados em mais de 3.000 os leprosos que andam misturados com a população. A assistência hospitalar é cada vez mais insuficiente.

A mortalidade infantil é a mais elevada da Europa.

Alguns destes factos foram revelados na própria «Camara» corporativa.

POLITICA EXTERNA ANTI-NACIONAL

A politica externa da ditadura caracterizou-se pela fraternização com os regimes fascistas, pela hostilidade expressa á Democracia. Era grande a cordialidade de Salazar com Mussolini e Hitler; só recentemente se fazem tentativas de o disfarçar. Várias vezes o ditador exprimiu simpatia e admiração pelo colega italiano; meses depois da punhalada deste na França, Salazar tirava grandes retratos sentado á banca de trabalho, sobre a qual se via só o retrato de Mussolini. Hitler exprimiu publicamente concordancia e simpatia pelo ditador de Lisboa (que depois decretou luto oficial por sua morte) ditando pessoalmente, em entrevista: — «As boas relações entre a Alemanha e Portugal interessam-se profundamente; *tanto mais que o actual regime português se inspira em principios e em objetivos que em* MUITOS CAMPOS SÃO ORIENTADOS NO MESMO SENTIDO QUE OS DO REGIME ALEMÃO».

Na Guerra de 1914 Portugal logo alinhou com as Democracias, apesar da oposição germanófila; em Setembro de 1939 era esta que assaltara o poder, e a ditadura contava 13 anos de acção internacional contra a Liberdade. Desde começo perseguiu as figuras iminentes da intervenção de Portugal na outra Guerra. Fraternizara com a ditadura germanófila de Primo de Rivera. Exaltara o advento do III Reich. Devota do fascismo, celebrara num banquete publico o esmagamento da Abissinia, depois de, durante as «sanções» ajudar a Italia vendendo-lhe trigo por metade do preço interno. A ditadura fizera insultar e caluniar as «frentes populares» francesa e espanhola, depois de se opôr á entrada da Rússia

na Liga das Nações. Na vespera da agressão alemã á Checoslováquia, cortou relações com o govêrno de Praga, por futil pretexto.

I — Colaboração com Franco:

Analizemos esta mais em detalhe. Eis seu resumo:

Foi dado pleno auxilio aos conspiradores, sendo o golpe militar, em boa parte, preparado em Portugal. Teve todas as facilidades Sanjurjo, chefe do movimento, que ali residia e obteve o avião em que ia chefiar a revolta, morrendo de desastre ao levantar vôo.

Iniciada a revolta, locutoras espanholas, nas «rádios» portuguesas, incitavam dia e noite os revoltosos, espalhando noticias falsas.

Lisboa, onde barcos alemães descarregavam ás claras tanques e mais materiais que trens portugueses levavam a Franco, era o elo entre rebeldes do sul e do norte. Tropas de Franco passaram com autorização em território português; deste lhes vieram mantimenfos, armas, e até um Corpo Expedionário chamado «Os Viriatos», enquadrado por oficiais portugueses, a convite do govêrno, que lhes deu as condições de «militares em campanha ao serviço da pátria». No campo de aviação da Amareleja, Alentejo aviões alemães e italianos carregaram bombas fornecidas por Salazar para liquidar a resistencia de Bajadoz e outras cidades.

Foi grande a ajuda financeira por intermédios de Bancos bem conhecidos. Os belos stocks de trigo da colheita de 1936 foram-se quase todos para os fascistas de Espanha. No campo diplomático, o govêrno de Lisboa foi o primeiro a cortar relações com o da Espanha. Em Londres, no Comité de Não Intervenção, o ditador agiu em estreita harmonia com alemães e italianos; e recusou aos delegados o que a França permitiu; fiscalização ampla e real da fronteira com a Espanha. Em Genebra, sua politica foi a guerra diplomática á Republica Espanhola.

Durante a guerra civil, e depois dela, as policias politicas de Salazar e Franco, colaboraram intimamente. Muitos anti-fascistas portugueses foram massacrados em Espanha. A policia portuguesa entregou á policia de Franco numerosos refugiados politicos espanhóis, logo fuzilados; foi ao ponto de entregar também anti fascistas portugueses; só num dia foram assim fuzilados 10 portugueses na praça de touros de Badajoz.

Quando Franco venceu, e não era preciso dissimular, disse estas palavras Salazar (em 22-5-1939): "*Em todos os*

domínios onde era livre a nossa acção, ajudámos no que pudemos o nacionalismo espanhol Dispende-mos esforços perdemos vidas, corremos riscos, compartilhamos sofrimentos. E não temos nada a pedir, nem contas a apresentar. Vencemos. Eis tudo„. Palavras do mesmo aos espanhóis de Franco, depois de deflagrada a agressão alemã: — «*Como ministro dos Estrangeiros, ao dirigir, ao viver a nossa campanha diplomática desta verdadeira guerra peninsular, achei-me mais de uma vez a praticar diligências e a tomar atitudes que vos interessavam, antes mesmo de me serem solicitadas*» (12-4-1940). Isto era feito contra a consciencia do povo português, contra os compromissos tomados; assim se favorecia a preparação da agressão que ensanguentou o mundo; e para cumulo, assim se dava fôrça a Franco, que reencarna o imperialismo castelhano e inscreve no seu programa a anexação de Portugal.

II — Acção durante a guerra:

O ditador, indiferante ao sentimento aliadófilo e democrático do povo, impediu-o de exprimir durante a guerra, como o impediu de se determinar livremente. Foi surdo ás diligências dos exilados politicos; que ante o perigo externo preconizavam a unificação das energias nacionais. Fraternizou com regime Pétain-Laval, chamando a Pétain «a maior figura da Europa atual». Não acreditou na vitória da Inglaterra, como há pouco reconheceu. Abasteceu abundantemente a Alemanha em matérias primas essenciais á guerra, como o wolframio. Manteve desguarnecida a fronteira com a Espanha, por onde entrariam os invasores, e acumulou as tropas nos Açores.

Quando a Alemanha atacou a Rússia, o chefe da «Legião» publicou em nome desta uma declaração em que se lia: — «A grandesa das fôrças que combatem o comunismo russo não necessita nossa colaboração no campo da batalha: mas devemos considerar-nos mobilizados e prontos para o combate, logo que seja necessário...» O signatário desta declaração é ainda hoje membro do govêrno. O próprio ditador, criticando Churchill disse em 6-6-942: — «Há perturbação nos espiritos, causada pela aliança anglo-russa». A convite amigo da Wermacht, uma missão militar portuguesa foi visitar a frente alemã na Rússia. Fazia parte dessa missão o atual ministro do Interior.

As concessões á Inglaterra, agora tão citadas pela pro-

paganda do ditador, e recentemente louvadas por «lords» municiquistas, começaram quando mudou a situação militar a favor das Nações Unidas; foram dadas em troca de enormes fornecimentos de armas, pagas a peso de ouro, o que define esta linha documentada: — enquanto crescia o poder do Eixo, a nação era mantida mal armada, quando passou a descer o poder da Democracia, a nação passou a estar super-armada.

III — O caso japonez:

Em outubro de 1941, o povo português soube pelas rádios estrangeiras, que, sem o consultar, o ditador dera em Timor bases aéreas e êsse parceiro do Eixo; as bases foram chamadas «comerciais», e constituiam grave ameaça á Austrália. A Inglaterra propôs a Portugal a defesa comum dessa ilha (metade holandeza) e Salazar iludiu a resposta, mantendo a importante base sem guarnição adequada enquanto reforçava... os Açores. Iminente a invasão de Timor, as tropas aliadas entraram ali para tentar ainda a sua defesa. O ditador, indignado, convocou a sua «Assembleia Nacional» mostrando-se ofendido e mandando «deputados» fazer discursos violentos contra a Inglaterra; contra esta, em Lisboa a Legião Portuguesa organizou manifestações «patrioticas». Logo em Fevereiro de 1942 os japoneses atacaram Timor, ensanguentando-a com suas atrocidades, e encontrando ali apenas a resistencia heroica de deportados politicos que a ditadura desterrara. Isso não provocou reações; provocou a famosa nota em que Salazar se referiu aos «termos corretos do comunicado de Toquio». Os japoneses, vexando gravemente a soberania e a bandeira portuguesa, proibiram o desembarque, em Timor, das tropas portuguesas enviadas em um transporte, e ás quais as forças aliadas iam restituir a guarda da ilha, como era natural. Mas até ao final da guerra o ditador nem sequer cortou relações diplomáticas com o Japão.

COMÉDIA DEMOCRÁTICA

Sabendo que sua ditadura não pode sobreviverá vitória da Democracia, Salazar tudo tem feito e faz para iludir o mundo quanto á natureza do seu regime. Procura renegar suas afinidades totais com o fascismo. Inventou para sua neutralidade amiga do Eixo, o qualificativo de «colaborante...» com os aliados: vai ao ponto de chamar ao seu re-

gime «democracia organica»; e tentou a manobra politica que a seguir se descreve.

I — A burla eleitoral:

Em 22-11-945 publicou um decreto pelo qual se abandonava a eleição dos deputados por circulo unico, passando a ser por distritos. A nova lei tem conceitos arbitrários, restringindo a liberdade do voto. Os emigrados politicos, e todas as pessoas de idéias contrárias á «disciplina social» definida pelo govêrno, não podem serem eleitos; os funcionários não podem candidatar-se sem autorização governamental; o ato eleitoral não p de ser fiscalizado pelos representantes dos candidatos Ora o recenseamento politico tinha sido feito na vigência de outra lei, que não permitia esperança de livre competição. Desiludidos, os cidadãos na sua grande maioria não se tinham inscrito. Propositadamente o govêrno não deu relevo á publicação da nova lei. Mas tarde tornou-se evidente a manobra de Salazar: manter o desinteresse da opinião, assegurar-se que os adversários não disputariam o poder e depois, de golpe, oferecer generosamente «eleições livres». Só em 7 de outubro anunciou a concessão graciosa de algumas liberdades. Liberdade de imprensa, por ele chamada «Liberdade suficiente» que de nenhum modo representou abolição da censura: anistia de alguns leves delitos politicos e uma paródia de «habeas corpus».

Antes, um grupo de democratas tinha requerido uma reunião para discutir as eleições. Como a Constituição ditatorial determina que após a dissolução da «Assembleia Nacional», a lei eleitoral não pode ser modificada, aqueles solicitaram ao presidente da Republica que a «Assembleia» não fosse dissolvida antes de poder discutir a lei. A Assembleia foi apressadamente dissolvida, 2 dias depois. As eleições foram fixadas para 18 de novembro, e a apresentação das candidaturas tinha de ser feita até 19 de outubro. Assim uma oposição democrática sufocada durante 20 anos, tinha 13 dias para se articular e escolher candidatos em todo o país. Na reunião dos democratas, a 8 de outubro, foi resolvido aconselhar o concurso ás urnas se fosse atendido um minimo de noções justas: — adiar as eleições por 6 meses, abrir

novo recenseamento adequado, dar liberdade de pensamento e reunião, dar garantias de segurança individual, ser fiscalizado ato eleitoral.

II — Explosão de sentimento democrático em todo o país:

Essa reunião de 8 de outubro — a primeira, em 20 anos de opressão — deu origem ao «Movimento de Unidade Democrática» ou M. U. D.; todas as correntes democráticas se integraram nêle; em todo o país, multidões acorreram às reuniões; e em tão perfeita ordem que os delegados do govêrno sempre presentes, nunca tiveram pretexto para intervir. As adesões ao M. U. D. eram inscritas em listas e choviam assinaturas ás dezenas de milhares; todos os intelectuais e as elites, como as massas, estavam com a Democracia.

III — Retorno á opressão:

O govêrno, ante a qualidade e valor da oposição, viu que seria varrido se fizesse eleições com um mínimo de liberdade efetiva. Logo voltou á intimidação e repressão. Foram proibidas as reuniões, a censura reforçada. Os signatários das listas foram ameaçados; sôbre muitos se exerceram represálias, que continuam. Manifestações inofensivas foram dispersas com violencia. Prenderam ilegalmente dirigentes da oposição. Adeptos do regime declararam que o govêrno **"não seria derrubado nem com votos nem com tiros"**, explicando publicamente que as eleições eram **"eram para inglês ver"**

IV — A farsa das eleições:

Em face disso, o M. U. D. preconizou a abstenção. Houve então simulacro de eleições. Só os repretantes do govêrno se apresentaram. Mesmo com o

recenseamento da ditadura, só compareram 20 a 25 % dos votantes, embora a govêrno tenha proclamado sem base que foram 60 % (o que seria ainda assim a mais baixa percentagem de todas as eleições realizadas na hora atual).

A isto chamou o ditador, em discurso, eleições tão livres como na livre Inglaterra.

No próprio dia das sendo-eleições a liberdade começou a ser ainda mais restringida. O M. U. D. só não foi completamente suprimido porque o ditador quer exibir uma «oposição» ante o estrangeiro, para iludi-lo. Mas reduz o M. U. D. práticamente ao ambito em que não se sente afectado o govêrno totalitário. Trata de asfixiá-lo. Sem fazer declaração publica sôbre a ilegalidade do M. U. D. sem decretar a dissolução, fecha suas sedes em Beja, Viana do Castelo, Porto, Lisboa e Evora.

E prossegue o reforço da ditadura. Por decreto recente em futuras eleições já não só os candidatos mas tambem os eleitores terão de estar integrados na ordem social do govêrno. Em politica externa. pondo tôdas as esperanças em nova guerra mundial, associa-se ainda mais a Franco, com qual firmou o pacto de Sevilha, oferecendo-se para uma especie de cruzada anti-russa.

A DEMOCRACIA VENCERÁ

Mas o povo português, de novo marcha para a restauração dos seus direitos. Exije a dissolução duma «Assembleia» que nunca o representou e a realização de eleições livres pera escolha duma autentica Assembleia Constituinte. As liberdades democratas que a Nação Portuguesa reclama não poderão por muito tempo ser-lhe negadas. Estão na linha històrica de Portugal. No século XIII já este tinha parlamento com representação popular. Alguns dos seus reis foram eleitos. Há mais de um século proscreveu a pena de morte. Foi por a Monarquia libe-

ral ter abusado de soluções ditatoriais que se proclamou a Republica em 1910. Em 1914 a nação bateu-se pelo o direito.

Perante tais tradições o regime fascistas atual não passa de crise transitoria que as circunstancias internacionais a favoreceram, contra o interesse e o espirito de uma pátria admirável.

AHS

S.

AHS